www.pwc.com.br

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações pertinentes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

I. Mensagem da Administração

Somos uma rede varejista e atacadista líder no segmento de alimentos no estado da Bahia, com 22 lojas. Além disso, somos a maior rede de atacado de autosserviço/atacarejo ("*cash and carry*") de capital 100% nacional, e estamos entre as 30 maiores empresas de varejo e atacado de alimentos do país, de acordo com o ranking Ranking Abras/SuperHiper de 2020 divulgado pela Associação Brasileira de Supermercados ("ABRAS"). Atuamos no comércio de produtos alimentares e não alimentares, com destaque nas vendas em formato atacarejo ("*cash and carry*"), varejo de supermercados e atacado, na produção artesanal de perecíveis frescos, naturais e orgânicos – incluindo panificação, confeitaria, açougue, salgados e fatiados, e na comercialização de eletrodomésticos e produtos de utilidades domésticas. Nossas operações são realizadas por meio de uma estrutura *omnicanal* e multiformato, contando com 22 lojas físicas e uma plataforma de *e-commerce* em crescimento.

Temos mais de 38 anos de experiência no setor de varejo e de atacado, desde os primeiros empreendimentos mercantis do fundador, em 1979, passando pela criação da Companhia e inauguração da primeira loja em Salvador, em 1994, até a consolidação da nossa liderança no setor de atacado de autosserviço/atacarejo ("*cash and carry*") no estado da Bahia. Um fator central para a nossa liderança no setor de atacado de autosserviço/atacarejo alimentar é o nosso papel pioneiro no estado da Bahia, que resultou na nossa presença não apenas na capital, mas com lojas em Lauro de Freitas, com significativos investimentos na renovação e revitalização de tais lojas físicas.

Ao longo dos anos, expandimos e diversificamos nosso escopo de atuação, buscando entender e antecipar os novos hábitos de consumo e cultura dos brasileiros, nos tornamos referência no estado da Bahia no setor que mais cresce dentro do segmento de atacado, o atacado de autosserviço, também chamado de atacarejo ("*cash and carry*"). Assim, desenvolvemos linhas de produção artesanal própria, com destaque para produtos perecíveis frescos, em especial no que diz respeito a padaria e confeitaria, açougue com desossa, salgados, fatiados e horti fruti. Atendendo à tendência mundial de viver melhor, oferecemos a nossos clientes produtos naturais e orgânicos e construímos uma experiência de compra para o consumidor, para facilitar sua rotina de compras, por meio de layouts de lojas inteligentes e com tecnologia. Por fim, acreditamos que nossa oferta de produtos ligados a aspiração, emoção, e auto realização geram e estreitam a conexão emocional entre nós e nossos clientes.

Com o propósito de reduzir o custo de vida da população e democratizar o acesso a produtos de qualidade, nosso modelo de negócios se baseia na oferta de produtos de qualidade e diversificados a preços acessíveis/baixos, somando mais de 10 mil produtos. Este compromisso é uma diretriz que permeia a atuação da Companhia, desde a parceria com a agricultura familiar até o cuidado com nossa marca própria, a *Ekobom*. Ainda, para proporcionar um atendimento customizado para cada tipo de cliente, temos em nossas lojas profissionais especializados e treinados para entender as necessidades de cada perfil, tanto de um cliente de atacado, de um revendedor, de um transformador ou prestador de serviços, quanto dos consumidores finais de varejo e atacarejo.

Nossa marca também foi aprimorada ao longo dos anos para refletir a evolução do nosso portfólio de produtos, da nossa proposta de valor para nossos consumidores e do nosso posicionamento no mercado. Nossa identidade visual e todos os elementos da nossa comunicação, incluindo campanhas publicitárias, ambientações de lojas, entre outros, foram modificados para refletir e comunicar essa evolução.

O plano de crescimento da Companhia foi e continua a ser pautado pelo conhecimento técnico comercial de nossos profissionais, por padrões de disciplina financeira, pela gestão eficiente de nossos recursos e por valores éticos com enfoque no desenvolvimento humano. Contamos com uma equipe de gestão altamente qualificada, composta por profissionais experientes, em sua grande maioria com tempo médio de 8 anos de trabalho na Companhia, com um sólido histórico de resultados e crescimento. Nossa filosofia de gestão com enfoque no trabalho, sentimento de dono e geração de resultado fazem parte de nosso DNA.

Desde 2010 temos aumentado nossos investimentos no estudo, experimentação e aplicação de processos de gestão, o que culminou no engajamento da consultoria da Falconi, entre 2015 e 2020, para aprimorar nosso modelo de gestão e cultura, alicerçado em desenvolvimento humano, transparência e eficiência por meio do estabelecimento de metas em todas as áreas e níveis da Companhia. Assim, o desenvolvimento e manutenção de nossa cultura e filosofia de gestão são fatores prioritários em nossa estratégia de negócios e investimentos.

Nossos Pontos Fortes

Liderança no segmento e na região

Somos líderes no mercado de varejo e atacado no segmento de alimentos no estado da Bahia, além de sermos a maior rede de atacado de autosserviço/atacarejo ("*cash and carry*") de capital 100% nacional. Nossas lojas físicas são estrategicamente localizadas, nos diversos formatos em que atuamos (lojas "*mega",* lojas *"hiper",* lojas *"super" e* lojas *"bairro"*), para atender aos perfis demográficos de nossos clientes em comunidades urbanas, suburbanas e rurais no estado da Bahia, considerando também as necessidades específicas de cada tipo de cliente, incluindo consumidores finais, revendedores, transformadores ou prestadores de serviços. Acreditamos que nossas lojas físicas estão posicionadas e adaptadas para capturar todas as oportunidades regionais em nosso setor de atuação. Nossa posição de liderança regional tem sido comprovada pelo nosso histórico operacional e financeiro acima dos nossos

pares que atual no estado da Bahia nos últimos anos, o que possibilitou o estabelecimento de relações robustas e estratégicas com nossos fornecedores que, por sua vez, permitem-nos oferecer aos nossos consumidores uma variedade diferenciada de produtos com preços altamente competitivos. Acreditamos que nossa posição de liderança no estado, o oferecimento de produtos e experiências de compra customizados para todos os tipos de clientes que compõem nosso público-alvo, bem como nossa estreita relação com fornecedores no estado da Bahia, são diferenciais relevantes que contribuem para o crescimento constante das nossas vendas e da rentabilidade dos nossos negócios.

Pioneirismo regional no segmento mais resiliente e que mais cresce no atacado brasileiro

Fomos pioneiros no estado da Bahia no segmento de atacado de autosserviço/atacarejo ("*cash and carry*") de produtos alimentares, tendo participado da construção desta modalidade de comercialização de produtos na região. Uma vez que começamos a atuar neste segmento em 1979, desde os primeiros empreendimentos mercantis do fundador, sendo a inauguração da primeira loja da Companhia em 1994, em Salvador, nosso conhecimento, nossa experiência e nosso *know-how* a respeito dos hábitos de consumo de consumidores não apenas da capital, mas também das demais cidades do estado, são diferenciais que contribuem para a manutenção de nossa liderança regional. Ao longo dos anos, atentos às tendências do mercado e às alterações nos hábitos de consumo, maturamos a resiliência corporativa da Companhia para nos adaptar a cenários adversos e aplicar soluções para oferecer uma experiência completa de compra para os nossos clientes. Nosso destaque neste segmento, decorrente de nosso papel pioneiro na região, está refletido em nossa liderança diante de nossos pares e contribui para nossos resultados operacionais e financeiros positivos, inclusive em períodos desafiadores para a economia global, brasileira e regional.

Produção artesanal nas lojas de produtos perecíveis, naturais e orgânicos de alto valor agregado

Fabricamos em nossas lojas produtos perecíveis frescos, com destaque para produtos de padaria, confeitaria, açougue, salgados e fatiados, bem como de produtos de horti fruti naturais e orgânicos. Considerando que os consumidores, cada vez mais, buscam se alimentar de maneira saudável, adquirindo produtos menos processados, com menos ingredientes químicos e conservantes e com mais ingredientes naturais, nossa produção artesanal é um dos nossos principais diferenciais perante nossos pares, que contribui significativamente para atrair e fidelizar clientes. Tal tendência de mercado está refletida também nos resultados de crescimento dos produtos perecíveis frescos dentro do segmento de atacado de autosserviço/atacarejo ("*cash and carry*"), Além disso, por meio da comercialização dos alimentos artesanais que produzimos, buscamos estreitar o vínculo emocional/afetivo com nossos clientes, oferecendo opções alimentícias para um estilo de vida saudável e, especialmente, proporcionando uma experiência de consumo com valor agregado. Acreditamos que nossa aderência a esta tendência de hábitos de consumo do mercado de alimentos nos confere uma vantagem competitiva perante nossos pares reforçando nossa posição como líderes no mercado regional.

Flexibilidade nas formas de pagamento

Oferecemos uma ampla gama de formas de pagamentos para nossos clientes em nossas lojas físicas, de forma a tornar a experiência de compra mais simples, conveniente e, especialmente, mais acessível. Aceitamos pagamentos por meio de cartões de débito, cartões de crédito, cheque (inclusive cheque pré-datado), dinheiro e cartões de "vale alimentação" e "vale refeição". Nossa política de formas de pagamento é pautada no oferecimento de flexibilidade aos clientes, em todos os nossos segmentos, de forma a acompanhar a constante evolução dos hábitos de consumo diante de avanços tecnológicos, mudanças culturais, bem como em cenários desafiadores.

Equipe altamente qualificada e experiente no setor e na região e apoiada pelo know how dos acionistas

Contamos com uma equipe de gestão altamente qualificada, composta por profissionais experientes que contam com uma média de 15 anos de experiência nos setores de varejo, atacado e atacarejo, além de possuírem um histórico comprovado de excelentes resultados em crescimento, lucratividade e eficiência operacional. Antes de se juntarem a nós, vários dos membros de nossa equipe de gestão tiveram experiências únicas, trabalhando em outras empresas do setor na região. Nossa equipe de gestão possui diferentes formações e experiências em uma grande variedade de setores e empresas, incluindo empresas no estado da Bahia. Nossa administração construiu uma cultura de proporcionar excelência operacional e de fornecer a melhor experiência ao consumidor. A experiência e o compromisso da nossa equipe de gestão representaram fatores críticos no crescimento e sucesso dos nossos negócios nos últimos anos, apesar das recentes condições macroeconômicas desafiadoras.

Beneficiamo-nos ainda do apoio-chave do nosso acionista controlador e fundador, o Sr. Teobaldo Luis da Costa, tendo em vista sua sólida experiência no setor varejista, contribuindo para a formulação e implementação da estratégia dos nossos negócios e dos planejamentos operacionais, bem como para melhorar nossos controles internos, procedimentos e práticas de governança corporativa e para melhorar nossos processos de tomada de decisão.

II. Desempenho Econômico-Financeiro

O quadro abaixo apresenta as principais informações financeiras para os períodos indicados:

EBITDA

	2020	2019
Lucro Antes do Resultado Financeiro	149.662	112.428
Depreciação e amortização	38.682	24.591
Depreciação dos ativos de direito de uso	18.930	16.784
Ebitda comercial	**207.274**	**153.803**
Margem Comercial	8,83%	8,57%
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis	22.708	13.097
Ebitda ajustado	**229.982**	**166.900**
Faturamento Líquido	**2.346.821**	**1.794.639**
Margem Ebitda Ajustado	**9,80%**	**9,30%**

Dívida Líquida

	2020	2019
Dívida Bruta	528.136	384.259
Empréstimo com Partes Relacionadas	197.879	145.075
Dívida Bancária	**330.257**	**239.184**
Saldo em Caixa e equivalentes	57.546	64.654
Dívida Bancária Liquida	**272.711**	**174.530**
Dívida bancária / EBITDA	1,19	1,05

Receita Líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 2.346.821 comparativamente a R$ 1.794.639 no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 552.182. Esse aumento é atribuído pelo impacto positivo da nossa expansão no segmento de atacarejo, com inauguração de 05 novas lojas em 2020.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 464.346 comparativamente a R$ 341.063 no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 123.283. Este aumento é atribuído substancialmente em decorrência do crescimento do volume de vendas em nosso segmento e aumento de nossa eficiência operacional nas despesas.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

Despesa com vendas, gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 325.401 comparativamente a R$ 263.191 no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 62.210. Esse aumento foi impulsionado principalmente por um crescimento de nossos custos e recursos para suportar a expansão das atividades em nosso segmento com a inauguração de 05 novas lojas.

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 50.585 negativos comparativamente a R$ 41.171 negativos no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 9.414. Esse aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas financeiras do período.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 99.077 comparativamente a R$ 71.257 no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 27.820. Este aumento é atribuído substancialmente a expansão das operações em nosso segmento.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 59.231 comparativamente a R$ 48.765 no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 10.466. Como já comentado acima, o aumento do lucro líquido ocorreu em função da expansão de novas lojas e crescimento das vendas das mesmas lojas.

Gabriel Costa – Diretor Presidente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

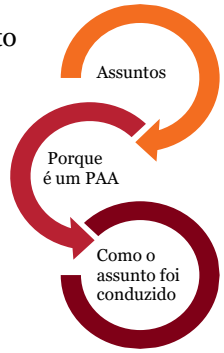
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Acordos Comerciais	
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras valores significativos referente a acordos comerciais com seus fornecedores, que podem ser de natureza peculiar ou complexa. Em virtude de haver diferentes condições previstas nos acordos comerciais, são necessárias estimativas e julgamentos para apurar os valores a serem reconhecidos e o período durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido no custo das mercadorias vendidas. Consequentemente, consideramos que o reconhecimento dos efeitos dos acordos comerciais, especialmente quanto à existência, ocorrência e ao seu correto período, permanece como uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros procedimentos, os seguintes: (a) Entendimento dos processos de negócio e dos controles internos estabelecidos pela administração para identificação, acompanhamento e contabilização dos acordos comerciais; (b) Entendimento dos principais termos de contratos individualmente relevantes ou com características particulares, e suas correspondentes obrigações de desempenho, à base de testes amostrais, dos resultados esperados com acordos comerciais, além de verificação de sua liquidação financeira subsequente e (c) Teste amostral do reconhecimento dos efeitos no correto período de competência. Consideramos que as conclusões e divulgações da administração estão consistentes com os dados e documentos obtidos em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 22 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	57.546	64.654
Contas a receber de clientes (Nota 9)	103.374	93.511
Estoque (Nota 10)	297.077	192.494
Impostos a Recuperar (Nota 11)	34.500	35.232
Partes Relacionadas (Nota 21)		2.144
Outros ativos (Nota 12)	27.547	15.606
	520.044	**403.641**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 20(b))	38.583	46.086
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	8.853	8.299
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	9.523	-
	56.959	54.385
Intangível	4.879	4.498
Imobilizado (Nota 13)	509.234	356.480
Ativos de direito de uso (Nota 14)	190.339	177.249
	761.411	**592.612**
Total do ativo	**1.281.455**	**996.255**

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	301.571	225.752
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	130.846	61.997
Obrigações trabalhistas (Nota 17)	31.479	18.383
Obrigações tributárias (Nota 18)	27.897	19.407
Dividendos a pagar (Nota 23 (b))	2.493	1.178
Partes relacionadas (Nota 21)	203.215	147.232
Passivos de Arrendamentos (Nota 14)	42.839	29.097
Outros passivos (Nota 22)	16.248	11.373
	756.588	**514.418**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	199.411	177.187
Obrigações tributárias (Nota 18)	18.954	18.446
Passivos de Arrendamentos (Nota 14)	167.741	157.941
Provisão para contingências (Nota 20(a))	13.729	8.669
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)	-	2.632
Outros passivos (Nota 22)	4.127	
	403.962	**364.875**
Patrimônio líquido		
Capital social	90.619	75.317
Reserva de reavaliação (Nota 23 (c))	4.068	4.588
Reservas de Lucros a Realizar (Nota 23 (b))	18.119	29.871
Reserva para futuro aumento de capital (Nota 23 (d))	955	3.029
Reservas de Lucros (Nota 23 (b))	7. 143	4.156
	120.904	**116.961**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.281.455**	**996.255**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Operações continuadas		
Receita líquida de vendas (Nota 24)	2.346.821	1.794.639
Custo de mercadorias vendidas (Nota 25)	(1.882.475)	(1.453.576)
Lucro bruto	**464.346**	**341.063**
Despesas com vendas, gerais e administrativas (Nota 25)	(325.401)	(263.191)
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas (Nota 26)	10.717	34.556
Lucro operacional	**149.662**	**112.428**
Receitas Financeiras (Nota 27)	13.884	10.919
Despesas Financeiras (Nota 27)	(64.469)	(52.090)
Resultado financeiro líquido	**(50.585)**	**(41.171)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**99.077**	**71.257**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(36.199)	(18.664)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.647)	(3.828)
	(39.846)	**(22.492)**
Lucro líquido do exercício	**59.231**	**48.765**
Quantidade média ponderada de ações em circulação	82.953	70.052
Lucro líquido básico e diluído por ação (Nota 23 (a))	0,71	0,70

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	59.231	48.765
Total do resultado abrangente do exercício	**59.231**	**48.765**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva para futuro aumento de capital	Reservas de lucros a realizar	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018	**64.787**	**1.713**		**19.796**	**4.692**		**90.988**
Lucro líquido do exercício						48.765	48.765
Realização da reserva de reavaliação e impostos diferidos					(104)	104	
Aumento do Capital Social	10.530						10.530
Adiantamento para Futuro Aumento do Capital social			3.029			(3.029)	
Constituição de Reserva Legal		2.443				(2.443)	
Juros sobre capital próprio				(4.948)			(4.948)
Constituição de Reservas de lucros a realizar				34.819		(34.819)	
(-) Reversão de Reservas de lucros a realizar				(19.796)		19.796	
Destinação dos lucros acumulados - Dividendos propostos						(28.374)	(28.374)
Em 31 de dezembro de 2019	**75.317**	**4.156**	**3.029**	**29.871**	**4.588**		**116.961**
Lucro líquido do exercício						59.231	59.231
Realização da reserva de reavaliação e impostos diferidos					(520)	520	
Aumento do Capital Social	15.302		(3.029)				12.273
Adiantamento para Futuro Aumento do Capital social			955			(955)	
Constituição de Reserva Legal		2.988				(2.988)	
Juros sobre capital próprio				(3.393)			(3.393)
Constituição de Reservas de lucros a realizar				21.510		(21.510)	
(-) Reversão de Reservas de lucros a realizar				(29.871)		29.871	
Antecipação de distribuição de dividendos						(47.963)	(47.963)
Destinação dos lucros acumulados - Dividendos propostos						(16.207)	(16.207)
Em 31 de dezembro de 2020	**90.619**	**7.143**	**955**	**18.119**	**4.068**		**120.904**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	99.077	71.257
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício		
Depreciação e amortização (Nota 25)	38.682	24.591
Depreciação dos ativos de direito de uso (Nota 14 e 25)	18.930	16.784
Juros incorridos sobre passivos de arrendamento (Nota 14 e 27)	31.680	29.269
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	33.788	23.730
Provisão para contingências (Nota 20 (c))	13.619	7.476
Provisão para perda de estoques (Nota 10.1)	(843)	1.565
	234.933	**174.672**
Variação nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(554)	(636)
Contas a receber	(9.863)	(44.244)
Estoques	(103.740)	(66.063)
Depósitos judiciais	7.503	(5.904)
Impostos a recuperar	732	(23.854)
Outros ativos	(9.797)	(2.175)
Fornecedores	75.819	84.307
Obrigações trabalhistas	13.096	9.684
Obrigações tributárias	(14.927)	1.426
Provisão para contingência	(8.559)	(23.574)
Partes relacionadas	3.178	(9.545)
Outros passivos	4.387	11.092
Caixa líquido proveniente das operações	**192.209**	**105.186**
Juros pagos (Nota 16)	(8.010)	(585)
Pagamento de juros dos passivos de arrendamento (Nota 14)	(31.680)	(29.269)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.076)	(16.429)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**124.443**	**58.903**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado (Nota 13)	(190.913)	(132.486)
Adições ao intangível	(920)	(302)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(191.833)**	**(132.788)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)		
Adições	231.076	236.101
Amortização do principal	(146.964)	(98.903)
Partes relacionadas (Nota 21)		
Adições	35.562	39.578
Amortização de principal dos passivos de arrendamento (Nota 14)	(8.477)	(6.996)
Dividendos pagos a acionistas da companhia (Nota 23 (b))	(62.825)	(50.121)
Juros sobre capital próprio (Nota 23(b))	(3.393)	(4.948)
Aumento de capital social	15.302	10.530
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**60.282**	**125.240**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(7.108)**	**51.354**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**64.654**	**13.300**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**57.546**	**64.654**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2020	2019
Receitas	**2.703.605**	**2.111.693**
Receita bruta de vendas (Nota 24)	2.692.923	2.079.830
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas (Nota 26)	17.674	34.556
Vendas Canceladas (Nota 24)	(6.992)	(2.693)
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.976.064)**	**(1.535.899)**
Valor adicionado bruto	**727.541**	**575.794**
Depreciação e amortização (Nota 25)	(57.612)	(41.375)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**669.930**	**534.419**
Valor adicionado recebido em transferência	**17.807**	**11.451**
Valor adicionado total a distribuir	**687.738**	**545.871**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	**132.755**	**102.216**
Salários e encargos	117.490	88.559
Outros benefícios	15.265	13.657
Impostos, taxas e contribuições	**406.544**	**330.746**
Federais	129.563	111.052
Estaduais	276.321	215.204
Municipais	661	4.490
Financiadores	**89.207**	**64.144**
Juros e Despesas Financeiras	66.499	51.047
Aluguéis	22.708	13.097
Lucro liquido do periodo	**59.231**	**48.765**
Valor adicionado distribuído	**687.738**	**545.871**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

O Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. ("Companhia") atua no segmento de atacado de autosserviço, em que as operações de atacado tomam característica de varejo. A Companhia comercializa mais de 10.000 itens e oferece aos seus clientes serviços de padaria, confeitaria, açougue, balcão de salgados e fatiados, atuando por meio de uma rede de 22 lojas, sendo 05 inauguradas durante o ano de 2020, todas localizada em Salvador e Região Metropolitana - Bahia, sob a bandeira Atakadão Atakarejo.

O Atakarejo é uma Companhia de sociedade anônima (S.A.) de capital fechado, constituída em 3 de dezembro de 1993, com sede à Av. Santiago de Compostela, 425, Parque Bela Vista, Salvador, Estado da Bahia.

A Companhia é controlada pelo Sr. Teobaldo Luís da Costa, que detém 96% da participação na Companhia, e possui 30 anos dedicados ao segmento. A Companhia tem realizado parcerias com outras redes afiliadas da Rede Brasil de Supermercados, permitindo a troca de conhecimentos e tecnologia para as áreas de negócios e governança, bem como ganhos de sinergia para realização de compras em conjunto.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2020, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R$236.544 (em 31 de dezembro de 2019 - R$ 110.777). A administração da Companhia expõe que tal fato se dá, devido as transações com partes relacionadas e acionistas (dividendos a pagar e empréstimos com sócios), fruto do resultado do ano de 2020, porém a mesma entende que o capital circulante líquido não compromete a liquidez da Companhia.

Adicionalmente para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com geração operacional de caixa.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não havendo diferenças relevantes entre IFRS e CPC, e evidenciam todas as informações pertinentes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros ajustados para refletir ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa em moeda nacional, com vencimentos originais em prazos inferiores a 90 dias da data original de contratação, indexadas à variação do CDI, com liquidez imediata.

2.4 Ativos financeiros

i. Classificação

Os ativos financeiros da Companhia são registrados ao custo amortizado e consistem em ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou/ determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

ii. Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são contabilizados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

iii. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar o impairment de contas a receber conforme estabelecido pelo IFRS 9/CPC 48, permitindo o uso da

provisão de perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes. A perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas.

iv. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, registradas pelo valor nominal dos títulos, que equivale de forma geral ao seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base na taxa efetiva de juros ajustados pelo *impairment* de contas a receber, quando aplicável.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7 Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares* de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como Despesas com vendas, gerais e administrativas, conforme incorridos. No ano de 2020 o impacto foi de R$ 332 (2019 – R$ 367).

2.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido de depreciação acumulada ou amortização e de eventuais perdas de deterioração *impairment*, se aplicável, e inclui a capitalização dos

custos de empréstimos e financiamentos, relacionados com a construção de ativos qualificáveis. Essa capitalização ocorre até o momento em que os projetos estão prontos para o início de suas operações.

As Benfeitorias em Imóveis de Terceiros são depreciadas considerando-se o menor período entre a vida útil dos ativos e os termos pactuados nos contratos de locação que tem perfil de longo prazo. A Companhia adota como prática contábil o registro dos valores correspondentes aos aluguéis de lojas que atingem a definição de arrendamento operacional em despesas com vendas, gerais e administrativas.

A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

A Companhia não aloca valor residual para seus ativos por entender que os valores residuais dos ativos são imateriais.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras, exceto no caso de ágio cuja perda nunca é revertida.

2.10 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O Ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamentos fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e são reconhecidos mensalmente como Despesas com vendas, gerais e administrativas.

O Passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na lei nº 8.245 (lei do inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está

razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

A Companhia atua como arrendatária em contratos relacionados a imóveis (Terrenos e lojas físicas). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na contratação de um empréstimo são reconhecidos como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável a captação total, ou parcial, do empréstimo. Nesse caso, o custo é diferido até que a captação ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade do empréstimo, o custo é capitalizado como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os encargos financeiros são apropiados em despesas financeiras.

As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As compras de mercadorias são contabilizadas inicialmente pelo seu valor justo, sendo o passivo com o fornecedor atualizado posteriormente em função dos prazos, até os respectivos vencimentos.

As verbas comerciais (“bonificações” ou “acordos comerciais”) recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados entre a Companhia e os fornecedores, registadas ao resultado quando os correspondentes estoques são recebidos nas Lojas. Outros tipos de verbas comerciais são levados a resultado quando da venda das respectivas mercadorias, momento em que as margens dos produtos vendidos são apuradas.

Verbas comerciais podem ser relativas a volumes de compras, logísticas e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros.

2.13 Provisões para Contingências

As provisões para ações judiciais (administrativa, civil, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente quando há perspectiva de realização de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.
O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente considerando que há perspectiva de realização.

2.15 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está representado por 90.619 ações, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo 96% delas detidas pelo acionista Teobaldo Luís da Costa.

Em julho de 2020 ocorreu a 23ª alteração contratual onde o capital social passou de R$ 75.317 para R$ 90.589, composto pelo aporte de R$15.272.

As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(a) A administração da Companhia aprovou em Ata da Assembleia Geral, a antecipação de distribuição de dividendos ao longo do exercício social de 2020 no montante de R$ 47.963 da conta de Lucros acumulados, que foi reinvestido na Companhia durante o exercício.

(b) o remanescente será destinado para Reserva de Lucros: Especial para Investimentos e Reforço de Capital de giro, exceto se de outra forma deliberado em Assembleia por titulares da maioria do capital votante, podendo, ainda, ser constituída reserva para contingências na forma do artigo 195 da Lei das S.A.

(a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Vendas de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando da efetiva transferência do controle da mercadoria ao cliente, ou seja, no momento da entrega do produto ao cliente (contraprestação da receita), que ocorre no momento da venda. Formato padrão do praticado no Varejo Nacional.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida: (i) conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros; ou (ii) conforme as movimentações dos valores justos dos ativos e passivos mensurados a valor justo por meio do resultado.

(c) Reconhecimento dos custos e despesas

As despesas relativas às taxas adicionais de administração nas vendas a prazo ou por antecipação nas operações de cartão de crédito e débito, que são cobradas pelas operadoras de cartões de crédito e débito, são registradas na rubrica “Despesas com vendas, gerais e administrativas”.

Os custos das mercadorias revendidas são deduzidos das recomposições de custos recebidos dos fornecedores e ICMS substituição tributária recuperável. As despesas com fretes, relacionados ao transporte de mercadorias até as lojas físicas, são incorporados ao custo.

Os créditos decorrentes das operações de bonificações e outras transações com fornecedores são registrados no resultado como redução do custo das mercadorias vendidas, conforme sua natureza, de acordo com a competência e mediante a existência de contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos valores de arrendamentos correspondentes aos aluguéis de lojas em "Despesas com vendas, gerais e administrativas".

3. Estimativas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia elabora estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para impairment de contas a receber

A provisão para impairment do contas a receber é estabelecida quando são identificadas perdas esperadas que a Companhia não receberá de todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Não existe constituição de provisão para impairment de contas a receber para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito e débito, visto que o risco pela inadimplência é transferido para a administradora na data da transação. A Companhia dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradora consideradas de "primeira linha".
As provisões para impairment do contas a receber são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

(i) Para os cheques devolvidos, mensalmente é realizada análise individual de forma a avaliar o comportamento dos títulos vencidos, e, a partir de 210 dias da data do vencimento é efetivada a baixa definitiva do cheque. Para fins de controle o CPF ou CNPJ do cheque é mantido em histórico, de forma a evitar a venda para estes devedores.

(ii) Para as bonificações a receber de fornecedores, a perda é provisionada, mas não baixada, pois em razão da movimentação de fornecedores ser baixa, geralmente os fornecedores renegociam a dívida e efetuam o pagamento, sem que haja a cobrança de juros.

(b) Provisão para perdas dos estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor, líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e não excede o valor de mercado.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

As perdas nos estoques oriundas de quebras, roubo, vencimento o prazo de validade e outras, são estimadas anualmente, tomando como base o último inventário efetuado e as perdas identificadas, de forma que o percentual obtido neste cálculo seja aplicado mensalmente na conta de Provisão para Quebra de Estoque. A cada novo inventário é feita a comparação entre o valor provisionado e a perda real, sendo a diferença lançada diretamente no resultado.

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas inventariadas nos anos anteriores e é considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

(c) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil de acordo com as taxas estabelecidas pela administração. No julgamento efetuado pela administração, concluiu-se que tais vidas úteis e taxas anuais refletem adequadamente o consumo dos ativos durante suas vidas econômicas.

As taxas anuais estão descritas a seguir:

	Taxa	Anos
Benfeitorias e edificações	4%	25
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	10
Móveis, utensílios	10%	10
Veículos	20%	5
Computadores e Periféricos	20%	5

(d) Contingências administrativas, cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia opera com escritórios de advocacia de primeira linha e as estimativas são feitas com base em critérios objetivos e padronizados entre nosso departamento jurídico interno com os escritórios contratados. O jurídico interno avalia todas as contingências e determina o montante provável de desembolso a ser provisionado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das duas operações e o seu patrimônio.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e Aplicações Financeiras.	Análise de sensibilidade	Projeção e análise de taxa de juros
Risco de crédito	Contas a receber de clientes.	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
Risco de liquidez	Fornecedores e Empréstimos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de Mercado

(i) Risco de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. A política da Companhia é a de manter aproximadamente 60% de seus empréstimos com taxas de juros fixas.

Eventualmente, a Companhia contrata empréstimos de longo prazo a taxas variáveis e estabelece swaps para substituí-las por taxas fixas que são menores do que as disponíveis caso a Companhia contratasse empréstimos diretamente a taxas fixas. Durante 2020, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais, conforme nota 16.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Em relação às contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, a Companhia mantém operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha.

As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito e débito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras. Uma parcela pequena das vendas é recebida em cheques com prazo médio de recebimento de 90 dias. O risco de crédito para venda em cheques é minimizado pela expressiva pulverização das vendas por cliente e pela cobrança de juros diários de 0,19% ao dia no momento da venda a prazo. Os juros cobrados têm embutido um percentual para cobrir o risco de crédito e correção. A administração efetua o acompanhamento dos cheques devolvidos para ajustar periodicamente os juros diários.

Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos. Não há risco de crédito com fornecedores, uma vez que são descontados apenas pagamentos próprios, de mercadorias já entregues.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

. contas a receber de clientes por vendas de produtos

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada para provisão para impairment de contas a receber. Dessa forma, a provisão é estabelecida quando são identificadas perdas esperadas e que a Companhia não receberá de todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Não existe constituição de provisão para impairment de contas a receber para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito e débito, visto que o risco pela inadimplência é transferido para a administradora na data da transação. A Companhia dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradora consideradas de “primeira linha”.

As provisões para impairment do contas a receber são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente pela administração, a fim de garantir liquidez e o atendimento dos limites ou cláusulas dos contratos de

empréstimos e financiamentos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em depósitos bancários com vencimentos apropriados e liquidez suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são liquidados em uma base líquida pela Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Conciliação	Total
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores (i) (Nota 15)	303.423				(1.852)	**301.571**
Empréstimos e financiamentos (ii) (Nota 16)	143.958	59.683	133.908	32.840	(40.133)	**330.257**
Dividendos (Nota 23(b))	2.493					**2.493**
Partes relacionadas (iii) (Nota 21)	210.637				(7.422)	**203.215**
Passivo de arrendamento (ii) (Nota 14)	43.374	43.374	128.674	235.849	(240.691)	**210.580**
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores (i) (Nota 15)	227.165				(1.413)	**225.752**
Empréstimos e financiamentos (ii) (Nota 16)	73.921	98.686	104.261	1.555	(39.239)	**239.184**
Dividendos (Nota 23(b))	1.178					**1.178**
Partes relacionadas (iii) (Nota 21)	163.698			-	(16.465)	**147.232**
Passivo de arrendamento (ii) (Nota 14)	38.007	38.817	116.044	241.109	(246.941)	**187.037**

i. Tendo em vista que os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, o valor apresentado na coluna de conciliação trata-se de ajuste a valor presente;

ii. Os valores apresentados na coluna de conciliação tratam-se dos juros do período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

iii. Os empréstimos com partes relacionadas possuem prazo de 12 meses para cumprimento da obrigação, dessa forma há impacto dos juros como do período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposto no final do exercício.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras e equivalentes de caixa vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados ao IPCA. Foram realizadas análises de

sensibilidade em relação apossíveis variações nesta taxa de juros em que o cenário base é construído com as medianas das expectativas do mercado (Focus).

Na data de encerramento do exercício findo, a Administração estimou cenários de variação na CDI e IPCA. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado abaixo.

Sensibilização dos empréstimos indexados ao CDI e IPCA

	Cenário Atual	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+50%)	Cenário IV (+25%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	**52.832**	**53.659**	**54.072**	**54.485**	**55.312**	**54.899**
Taxa média (CDI + 3,13%)		100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado		1,57%	2,35%	3,13%	4,70%	3,91%
Saldo de financiamento para investimento em contrato BNB (Castelo Branco, Pernambués e São Cristovão)	**43.442**	**45.069**	**45.432**	**45.795**	**46.520**	**46.157**
Juros do Financiamento (IPCA + 2,0766%)		3,75%	4,58%	5,42%	7,09%	6,25%
IPCA projetada		1,67%	2,51%	3,34%	5,01%	4,18%
Saldo de financiamento para investimento em contrato BNB (Camaçari, Feira de Santana, Amaralina e Boca do Rio)	**39.940**	**41.774**	**42.107**	**42.441**	**43.108**	**42.774**
Juros do Financiamento (IPCA + 2,92%)		4,59%	5,43%	6,26%	7,93%	7,10%
CDI projetado		1,67%	2,51%	3,34%	5,01%	4,18%
Saldo de financiamento para investimento em contrato - Bradesco	**72.300**	**74.769**	**75.335**	**75.901**	**77.032**	**76.467**
Juros do Financiamento (CDI + 1,85%)		3,42%	4,20%	4,98%	6,55%	5,76%
CDI projetado		1,57%	2,35%	3,13%	4,70%	3,91%
Saldo de financiamento para investimento em contrato - Santander	**34.035**	**35.044**	**35.311**	**35.577**	**36.110**	**35.843**
Juros do Financiamento (CDI + 1,40%)		2,97%	3,75%	4,53%	6,10%	5,31%
CDI projetado		1,57%	2,35%	3,13%	4,70%	3,91%
Saldo de financiamento para investimento em contrato BNB Capital de Giro	**3.010**	**3.144**	**3.170**	**3.195**	**3.245**	**3.220**
Juros do Financiamento (IPCA + 2,7936%)		4,46%	5,30%	6,13%	7,80%	6,97%
IPCA projetado		1,67%	2,51%	3,34%	5,01%	4,18%
Saldo de financiamento para investimento em contrato BNB (Alagoinhas, Lobato, Paripe, Via expressa)	**43.556**	**45.024**	**45.388**	**45.752**	**46.479**	**46.115**
Juros do Financiamento (IPCA + 1,70%)		3,37%	4,21%	5,04%	6,71%	5,88%
IPCA projetado		1,67%	2,51%	3,34%	5,01%	4,18%
Saldo de financiamento para investimento em contrato ABC Brasil	**40.340**	**41.557**	**41.872**	**42.188**	**42.819**	**42.504**
Juros do Financiamento (CDI + 1,45%)		3,02%	3,80%	4,58%	6,15%	5,36%
CDI projetado		1,57%	2,35%	3,13%	4,70%	3,91%
Saldo de financiamento para investimento em contrato Santander Ponte	**40.346**	**41.582**	**41.898**	**42.214**	**42.845**	**42.529**
Juros do Financiamento (CDI + 1,50%)		3,07%	3,85%	4,63%	6,20%	5,41%
CDI projetado		1,57%	2,35%	3,13%	4,70%	3,91%
Empréstimos com juros às taxas fixas.						
Saldo de financiamento para investimento em contrato - BNB CABULA/PIATÃ	**13.287**					
Total dos empréstimos (Nota 14)	**330.257**					

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 16(a))	330.257	239.184
Total dos empréstimos com Partes relacionadas (Nota 21)	197.879	145.075
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(57.546)	(64.654)
Dívida líquida (A)	**470.590**	**319.604**
Total do patrimônio líquido	120.904	116.961
Total do capital (B)	591.494	**436.565**
Índice de alavancagem financeira - % (C=A/B)	**80%**	**73%**

(i) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciados no item acima e, no contexto de tais empréstimos e financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, não financeiros, sob pena de vencimento antecipado das dívidas provenientes dos contratos com o Banco do Nordeste, Santander, Itaú-Finame, Bradesco e ABC Brasil.

Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem:

(a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia;
(b) alteração da composição do capital social da Companhia;
(b) alienação de ativos da Companhia;

(c) Decretação de falência;
(d) Decretação de plano de recuperação extrajudicial;
(e) Protesto de título acima de um determinado valor;
(f) Uso dos recursos captados para outra finalidade;
(g) Perda de autorização para funcionar; e
(h) Não pagamento de impostos;

A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício.

Em conformidade com esses bancos, a Companhia também é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

a) Distribuição de dividendos aos acionistas em montante individual ou agregado, igual ou superior, a 25% (vinte e cinco) por cento do lucro líquido anual, observado que é permitido a distribuição de dividendos em montante superior, desde que os respectivos dividendos sejam utilizados para realização de mútuo ao Grupo Econômico.;
b) Razão entre dívida líquida e Margem EBITDA consolidado deve ser menor ou igual a 2,5;
c) Razão entre EBITDA consolidado e resultado financeiro deve ser maior ou igual que 2.

A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício.

5. Informações por Segmento

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações desta entidade na tomada de decisões sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação de seu desempenho.

A Companhia atua no segmento de atacado de autosserviço, em que as operações de atacado tomam característica de varejo. A comercialização dos produtos não conta com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um objeto de reporte, análise e gestão.

6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

7. Instrumentos financeiros por categoria

	2020	2019
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	57.546	64.654
Contas a receber de clientes (Nota 9)	103.374	93.511
Depósitos judiciais (Nota 20 (b))	38.583	46.086
	199.503	**204.251**

	2020	2019
Ativos a valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (i)	8.853	8.299
	8.853	**8.299**

(i) Refere-se as contas de aplicação do Banco do Nordeste, que são dadas em garantia aos empréstimos contratados.

	2020	2019
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores (Nota 15)	301.571	225.752
Dividendos (Nota 23(b))	2.493	1.178
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	330.257	239.184
Partes relacionadas (Nota 21)	203.215	147.232
Passivo de arrendamento (Nota 14)	210.580	187.037
	1.048.116	**800.385**

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e fundo fixo	14.267	8.375
Depósitos bancários - Aplicações Financeiras (i)	43.279	56.279
	57.546	**64.654**

(i) Referem-se a operações de renda fixa em moeda nacional, com vencimentos originais em prazos inferiores a 90 dias da data original de contratação, indexadas à variação do CDI, com liquidez imediata.

9. Contas a receber de clientes

	2020	2019
Cartões de crédito e débito	101.417	90.390
Cheques em custódia (i)	1.806	2.792
Cheques devolvidos (ii)	152	329
Contas a receber de clientes, líquidas	**103.374**	**93.511**

(i) Referem-se aos cheques pré-datados com vencimentos em até 4 meses.
(ii) Referem-se aos cheques não liquidados. Esses cheques são tratados como cheques devolvidos, seguindo o critério de vencido até menos de 7 meses; as devoluções superiores a esse tempo são baixadas como perda efetiva.

A administração da Companhia não identificou valores materiais para a constituição de impairment de contas a receber.

9.1 Abertura por idade de vencimento

	2020	2019
A vencer	100.482	93.149
Vencidos		
De um a três meses	2.784	188
De quatro a seis meses	108	174
	103.374	**93.511**

10. Estoques

	2020	2019
Estoque de mercadorias	300.022	196.281
Provisão para quebra de estoques	(2.945)	(3.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**297.077**	**192.494**

10.1 Provisão para perdas dos estoques

Movimentação da quebra de estoques	2020	2019
Saldo inicial	(3.787)	(2.222)
Adições e baixas, líquidas (i)	843	(1.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(2.945)**	**(3.787)**

(i) A administração da Companhia efetua a provisão com base em percentual médio apurado anualmente para as quebras registradas em seus estoques e identificadas por meio de inventários rotativos. A Companhia registrou uma reversão de perda de estoques no valor de R$843, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (2019 foi registrado uma provisão – R$ 1.565).

11. Impostos a recuperar

	2020	2019
Crédito sobre ativo imobilizado CIAP	12.059	11.003
Créditos de PIS/COFINS de corrente de processo judicial que transitou em julgado (i)	10.829	19.258
Outros	11.612	4.971
	34.500	**35.232**

(i) Em 15 de março de 2017, com o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 submetido ao rito da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF), fixou a seguinte tese: "O ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da Cofins". Com decisão judicial direcionada à Companhia, e em opiniões legais dos consultores jurídicos, a Companhia entende como remota a possibilidade de alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito, motivo pelo qual deixou de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Foi reconhecido em 2019 os créditos tributários de PIS e COFINS, no montante de R$ 19.258, decorrente do processo transitado em julgado em 18 de fevereiro de 2019, referente ao período pretérito de pagamento indevido das contribuições. As melhores estimativas para o ativo em referência remontam o montante de R$ 19.258, o qual a companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos e consultores especializados, consideraram os elementos suficientes para a mensuração confiável do valor a ser efetivamente recuperado ou revertido.

A variação dessa conta deve-se a compensações de tributos efetuadas ao longo de 2020.

12. Outros Ativos

Circulante	2020	2019
Outras duplicatas a receber (i)	20.160	11.112
Adiantamentos a funcionários	1.292	996
Adiantamentos a fornecedores (ii)	5.526	2.995
Despesas antecipadas	715	648
Impairment de outras duplicatas a receber	(145)	(145)
Total de Outros Ativos	**27.547**	**15.606**

(i) A conta é constituída de contas a receber de relacionamento com fornecedores, devido a devoluções de mercadorias e acordos comerciais. A variação se deve ao aumento do volume de acordos comerciais negociadas com os fornecedores devido as novas inaugurações de lojas.

(ii) A variação ocorrida no período se deu pela inauguração de cinco novas lojas em Salvador e região metropolitana. Dessa forma, houve a compensação de valores adiantados para construção.

12.1 Impairment de outras duplicatas a receber

	2020	2019
Saldo de impairment de outras duplicatas a receber	145	145
Total	**145**	**145**

13. Imobilizado

	Máquinas, equipamentos e utensílios	Benfeitorias e Edificações	Instrumentos, móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Obras e importações em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	49.205	151.594	4.413	8.697	683	33.623	248.217
Aquisições	26.464		4.078	1.672	20	100.253	132.486
Transferência		102.207				(102.207)	-
Depreciação	(7.678)	(14.617)	(809)	(1.077)	(43)		(24.224)
Saldo contábil, líquido	67.991	239.185	7.682	9.292	659	31.669	356.480
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo total	119.869	285.974	14.604	12.697	842	31.669	465.653
Depreciação acumulada	(51.874)	(46.791)	(6.921)	(3.405)	(181)		(109.172)
Saldo contábil, líquido	67.991	239.185	7.682	9.292	659	31.669	356.480
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	67.991	239.185	7.682	9.292	659	31.669	356.480
Aquisições	26.799		4.195	1.509	401	158.010	190.913
Transferência		138.343				(138.343)	-
Depreciação	(13.475)	(22.209)	(405)	(2.092)	24		(38.158)
Saldo contábil, líquido	81.314	355.319	11.472	8.708	1.084	51.335	509.234
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	146.667	424.317	18.800	14.206	1.243	51.335	656.566
Depreciação acumulada	(65.350)	(68.999)	(7.326)	(5.498)	(157)	-	(147.330)
Saldo contábil, líquido	81.314	355.319	11.472	8.708	1.084	51.335	509.234

O montante de R$ 138.343 é referente a transferências dos valores de obras em andamento correspondentes ao início das operações dos imóveis localizados em Lobato, Via Regional, Periperi, Via Expressa e San Martin durante o exercício de 2020.

As aquisições ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$190.913 (2019– R$132.486), foram principalmente em decorrência de obras em andamento para a construção das novas lojas.

O montante de R$ 38.158 (2019 – R$ 24.224) referente a despesa com depreciação foi reconhecido no resultado em “Despesas com vendas, gerais e administrativas”.

14. Arrendamentos

Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Ativos de direito de uso		
Terrenos	88.707	77.155
Edificações	101.632	100.094
	190.339	**177.249**
Passivos de arrendamentos		
Circulante	42.839	29.097
Não circulante	167.741	157.941
	210.580	**187.037**

As adições aos ativos de direito de uso durante o exercício de 2020 totalizaram R$ 9.800 (R$ 5.275 em 2019). Os valores apresentados na tabela acima são líquidos da depreciação.

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação)		
Terrenos	(8.401)	(6.479)
Edificações	(10.529)	(10.305)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras) (Nota 27)	(31.680)	(29.269)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em operacionais) (Nota 25)	(22.708)	(13.097)
	(73.318)	**(59.150)**

Os pagamentos de arrendamentos em 2020 juntamente com os juros, totalizaram R$ 40.157 (R$ 36.265 em 2019).

A Companhia aluga lojas de atacado e varejo e terrenos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 10 a 20 anos e podem incluir opções de prorrogação.

A companhia utiliza o índice de reajuste anual com base no IGP-M (FGV) ou outro índice que vinher a substituí-lo, em caso de sua falta. O novo índice será definido em comum acordo pelas Partes e deverá ser indicado em aditamento contratual.

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

A Companhia divulga espontaneamente os requerimentos do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019. A taxa incremental foi mensurada levando-se em consideração o custo de captação ponderado da Companhia, o qual era de 6,23%. O CDI futuro, baseando-se no prazo contratual remanescente de cada contrato, foi extraído oficialmente da Bolsa Mercantil de Futuros, BMF. A taxa incremental mínima apurada foi de 10,24% a.a. para contratos de 12 meses e a taxa incremental máxima foi de 17,98% a.a. para o prazo de 240 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos	Taxa % a.a
1 ano	10,24%
3 anos	14,38%
5 anos	15,83%
10 anos	17,27%
15 anos	17,75%
20 anos	17,98%

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	**187.037**	**188.758**
Adição de novos contratos	9.800	5.275
Remensuração	22.220	
Pagamento de principal	(8.477)	(6.996)
Pagamento de juros	(31.680)	(29.269)
Juros incorridos	31.680	29.269
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	**210.580**	**187.037**

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	2020	2019
Menos de 1 ano	42.839	29.097
Entre 1 e 2 anos	33.155	30.776
Entre 2 e 5 anos	61.702	59.815
Acima de 5 anos	72.884	67.349
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	**210.580**	**187.037**

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2020	2019
Saldo inicial	**177.249**	**188.758**
Adição por novos contratos	9.800	5.275
Remensuração	22.220	-
Despesa de depreciação	(18.930)	(16.784)
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro	**190.339**	**177.249**

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	2020		2019	
Fluxo de caixa	**Nominal**	**Ajustado a Valor presente**	**Nominal**	**Ajustado a Valor presente**
Contraprestação do arrendamento	409.528	191.101	393.835	169.736
PIS/COFINS potencial (9,25%)	41.743	19.479	40.143	17.301
	451.271	**210.580**	**433.978**	**187.037**

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta espontaneamente os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Passivo de arrendamento	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Após 2023**
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	210.580	199.345	186.260	171.019	153.712
Fluxo com projeção de inflação	270.483	264.003	253.198	238.762	220.540
Variação	**28,45%**	**32,44%**	**35,94%**	**39,61%**	**43,48%**

Direito de uso líquido - saldo final	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Após 2023**
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	190.339	170.287	150.234	130.181	110.425
Fluxo com projeção de inflação	221.215	198.135	175.051	151.967	129.205
Variação	**16,22%**	**16,35%**	**16,52%**	**16,74%**	**17,01%**

Despesa financeira	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Após 2023**
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	(31.680)	(32.139)	(30.289)	(28.134)	(150.129)
Fluxo com projeção de inflação	(41.963)	(41.941)	(40.620)	(38.736)	(235.878)
Variação	**32,46%**	**30,50%**	**34,11%**	**37,68%**	**57,12%**

Despesa de depreciação	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**Após 2023**
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	(18.930)	(20.053)	(20.053)	(20.053)	(130.181)
Fluxo com projeção de inflação	(23.072)	(23.084)	(23.084)	(23.084)	(151.983)
Variação	**21,88%**	**15,11%**	**15,12%**	**15,12%**	**16,75%**

15. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de Mercadorias	302.671	227.078
Fornecedores de Serviços	752	87
Ajuste a valor presente	(1.852)	(1.413)
Total de Fornecedores	**301.571**	**225.752**

16. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Encargos financeiros anuais médios	2020	2019
Moeda nacional			
Financiamentos - ativo fixo			
Banco do Nordeste	5,94 %	143.092	91.060
ITAÚ - Finame	CDI + 0,98 %	143	41.255
Debênture – Bradesco (i)	CDI + 1,85 %	72.300	72.870
Santander	CDI + 1,40 %	74.382	33.999
ABC Brasil	CDI+1,45 %	40.340	
		330.257	**239.184**
Parcela circulante		130.846	61.997
Parcela não circulante		199.411	177.187

(i) A Companhia a realizou emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no valor de R$ 80.000 com valor nominal de R$ 1 cada em 9 de maio de 2019, com data de vencimento em 9 de maio de 2025 para o montante principal. As debêntures incluem opção de resgate pelo emissor, a partir da data de emissão e pagam juros anuais de 1,85% e CDI.

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos cláusulas de covenants financeiros e operacionais, conforme disposto na Nota 4.2 (i).

(b) Agenda de Pagamentos

O saldo apresentado no passivo circulante e não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2020
2021	130.846
2022	49.031
2023	46.487
2024	45.814
2025	27.639
2026 em diante	30.440
Total	**330.257**

(c) Garantias

As garantias oferecidas referentes ao total de empréstimos são os terrenos arrendados à Companhia pela Damrak e Títulos de Valores Mobiliários.

(d) Movimentação do período

	2020	2019
Saldo no início do exercício	**239.184**	**90.635**
Adições	231.076	236.101
Encargos		
Juros Incorridos	14.971	11.936
Juros Pagos	(8.010)	(585)
Amortizações	(146.964)	(98.903)
Saldo no fim do exercício	**330.257**	**239.184**
Circulante	130.846	61.997
Não circulante	199.411	177.187

17. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Provisão de férias e encargos	11.621	8.531
INSS e FGTS a recolher	4.100	3.050
Outros (i)	15.758	6.802
	31.479	**18.383**

(i) A linha de "Outros" é composta pelos valores de rescisão, pensão, participação nos lucros e seguro de vida. A variação mais relevante foi na conta de participação dos lucros, que foi impactada com aumento do resultado do período e aumento do número de associados.

18. Obrigações tributárias

	2020	2019
Circulante		
ICMS a Recolher	11.723	12.850
Pis a Recolher	-	50
Cofins a Recolher	-	290
IRRF a Recolher	47	35
CSLL a Recolher	4.569	1.453
IRPJ a pagar	11.156	3.802
Outros	403	926
Parcela Curto Prazo	**27.897**	**19.407**
Impostos a pagar (i)	18.954	18.446
Parcela Longo Prazo	**18.954**	**18.446**

(i) Refere-se a valores a serem transferidos à receita federal referente a pagamento de PIS e COFINS, vinculados ao andamento do processo de Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no qual, a Companhia identificou valores pagos a maior, realizou o pedido e obteve autorização de liberação deste montante diretamente para União. Em razão de não haver data marcada para a modulação dos efeitos desse tema, o saldo está classificado no longo prazo.

19. Imposto de renda e contribuição social diferido

(a) Composição

	2020	2019
Ativo diferido		
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	3.582	5.681
Provisão para quebra de estoque	1.001	1.288
Outros	85	76
IRPJ diferido arrendamento de direito de uso	5.060	
CSLL diferido arrendamento de direito de uso	1.822	
	11.550	**7.044**
Passivo diferido		
Realização da reserva de reavaliação	(2.028)	(8.075)
Realização ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.601)
	(2.028)	(9.676)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	**9.523**	**(2.632)**

(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	99.077	71.257
Tributos à alíquota nominal (34%)	33.686	24.227
Ajuste ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:		
Exclusões/Adições permanentes, líquidas	6.160	(1.736)
Imposto devido	**39.846**	**22.492**

20. Provisão para contingências, depósitos e bloqueios judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

(a) Contingências passivas

	2020	2019
Tributárias		
ICMS e IPTU	90	688
Trabalhistas		
Outros (ii)	7.923	5.762
Cíveis		
Perdas e danos (ii)	5.716	2.219
Provisão para Contingências	**13.729**	**8.669**

(b) Depósitos e bloqueios judiciais

	2020	2019
Tributárias		
ICMS	179	614
PIS e COFINS (i)	30.027	38.165
ICMS Energia Elétrica	4.195	2.435
Outros	228	228
Trabalhistas (ii)		
Outros	3.018	3.587
Cíveis (ii)		
Perdas e danos	157	236
Administrativo	779	821
Depósitos e bloqueios judiciais	**38.583**	**46.086**

A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona as contingências para as quais estima que um futuro desembolso de caixa é provável.

(i) Tributárias

Esses depósitos judiciais fiscais referem-se ao processo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, que transitou em julgado em 18 de fevereiro de 2019, conforme descrito na nota 11 (i). A variação dessa conta deve-se a liberação do depósito judicial e sua respectiva utilização.

(ii) Trabalhistas e cíveis

. Correspondem a R$ 7.923 em 31 de dezembro de 2020 e consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões em virtude da rotatividade de empregados nas lojas.

. Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia por clientes do segmento atacadista. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas com vendas, gerais e administrativas". O saldo em 31 de dezembro de 2020 corresponde a R$ 5.716.

(c) Movimentação das provisões para contingências

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro	8.669	24.767
Adições	13.619	7.476
Baixas	(3.177)	(1.660)
Reversões	(6.957)	(24.095)
Atualização monetária das contingências tributárias	1.575	2.181
Saldo em 31 de dezembro	**13.729**	**8.669**

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes além daqueles provisionados.
Em 31 de dezembro de 2020 observamos a existência de causas possíveis assim distribuídas: (i) Cíveis no montante de R$ 4.762 (ii) Trabalhistas no montante de R$ 1.013 e (iii) Tributárias no montante de R$ 3.003, as quais não foram provisionadas.

21. Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	2020		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**
Empréstimos com sócios			
Mútuo (i)		197.879	
Aluguéis (ii)			
Damrak do Brasil Participações e Empreendimentos Ltda		4.934	46.245
VG empreendimentos imobiliários comercial SPE Eireli		189	2.057
DC Patrimonial Ltda		212	2.112
Administração de obras (iii)			
TQC construções Ltda			15.134
Publicidade e Marketing (iv)			
Total comunicação e propaganda Ltda			1.646
Total 31 de Dezembro de 2020		**203.215**	**67.193**
Total 31 de Dezembro de 2019	**2.144**	**147.232**	**54.998**

(i) Refere-se a contratos de mútuo firmados entre a Companhia e o acionista Teobaldo Luís da Costa com o objetivo de financiar o aumento dos níveis de estoque da Companhia sem prejudicar a eficiência financeira. Estes contratos sofrem a incidência de encargos de 0,53382% ao mês e possuem prazo de 12 meses para cumprimento da obrigação.

(ii) A Companhia possui transações com partes relacionadas referente a contratos de aluguéis de lojas. Os pagamentos de arrendamento são realizados considerando o aluguel mínimo ou os percentuais do faturamento que variam de 1.5% a 1.7%. As referidas lojas são de propriedade das seguintes Empresas:

- Damrak do Brasil Participações e Empreendimentos Ltda;
- DC Patrimonial Ltda;
- VG Empreendimentos Imobiliários Comercial SPE EIRELI.

O saldo ativo junto a Damrak em 2019, refere-se a pagamento adiantado dessa obrigação.

(iii) A Companhia possui transações com a Partes relacionada TQC construções Ltda, referente à prestação de serviços relativos à construção das novas lojas, atuando com a gestão dos projetos e gerenciamento da execução dos serviços. A Taxa de administração aplicada sobre todas as despesas diretas e indiretas dos empreendimentos é 8%.

(iv) A Companhia possui transações com a Parte relacionada Total comunicação e propaganda Ltda, referente a serviços de intermediação na relação do Atakarejo com empresas de televisão, rádio, jornais e revistas, na posição de agente publicitária e na criação e diagramação de peças publicitárias. As taxas de administração aplicadas sobre o valor dos serviços são de 20% a título de bônus de veiculação (taxa fixa conforme Normas-Padrão da Atividade Publicitária, Lei nº 4.680/65), e 15% conforme estipulado contratualmente.

(a) Movimentação dos empréstimos com partes relacionadas

	2020	2019
Em 1º de janeiro de 2020	145.075	99.885
Entrada de recursos	35.562	39.578
Juros incoridos	17.242	9.612
Em 31 de dezembro de 2020	**197.879**	**145.075**

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	2.581	2.611
	2.581	**2.611**

22. Outros Passivos

	2020	2019
Passivo Circulante		
Contas a pagar provisionadas	2.416	2.052
Concessionaria de energia elétrica	1.676	1.844
Marketing e publicidade	573	662
Contas a pagar - Obras em andamento (i)	8.061	4.319
Outras Obrigações	3.522	2.496
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**16.248**	**11.373**
Passivo não circulante		
IPTU (ii)	4.127	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**20.375**	**11.373**

(i) A variação é devido a construção de novas lojas localizadas em São Caetano e San Martin durante o exercício de 2020.

(ii) Corresponde a valores referente a IPTU impugnados, pois os valores cobrados pelo ente público estão acima dos valores de mercado. Em função disso, foi contratado profissional habilitado para elaboração de laudo de avaliação para que os nossos assessores jurídicos fundamentassem o processo administrativo junto ao ente público

23. Patrimônio líquido

(a) Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ação no exercício:

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	59.231	48.765
Quantidade média ponderada de ações em circulação	82.953	70.052
Lucro líquido básico por ação - R$	**0,71**	**0,70**

(b) Destinação do resultado

	2020	2019
Saldo de Dividendos no início do exercício	**1.178**	**22.956**
Adições	**59.751**	**48.869**
Lucro líquido do exercício	59.231	48.765
Realização da reserva de reavaliação e impostos diferidos	520	104
Constituição de Reserva Legal	**(2.988)**	**(2.443)**
Destinação	**47.963**	**11.606**
Antecipação de distribuição de dividendos (i)	47.963	
Dividendos do período		11.606
Reserva de lucro a realizar	**(18.119)**	**(29.871)**
Constituição de Reserva a realizar	(21.510)	(34.819)
Juros sobre capital próprio	3.393	4.948
(-) Reversão de reserva de lucros a realizar	**29.871**	**19.796**
Reserva para futuro aumento de capital	**(955)**	**(3.029)**
Total de Adições - Destinação do lucro	64.170	28.374
Pagamentos no período	(62.825)	(50.121)
Saldo de Dividendos no fim do exercício	**2.493**	**1.178**

(i) Todo o resultado apurado no exercício é destinado a constituição de reservas e ao pagamento de dividendos. Durante o exercício de 2020, aos acionistas reunidos em assembleia geral deliberaram a antecipação de distribuição de dividendos no montante de R$ 47.963 da conta de Lucros acumulados, que foi reinvestido na Companhia durante o exercício.

(c) Reserva de reavaliação

A Companhia adotou o custo atribuído para fins de adoção inicial dos CPCs para os itens de máquinas e equipamentos e edificações. De acordo com o requerido pelo ICPC-10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, reconheceu a contrapartida do custo atribuído no patrimônio no grupo de Reserva de reavaliação.

	2020	2019
Saldo Inicial	**4.588**	**4.692**
Realização de reserva de reavaliação patrimonial	(520)	(104)
Saldo final em 31 de dezembro	**4.068**	**4.588**

(d) Reserva para aumento futuro de capital

A Companhia decidiu utilizar parte do lucro acumulado do ano 2020 para constituição de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R$955, cuja realização tem previsão de ocorrer até 31 de dezembro de 2021.

24. Receita líquidas de vendas

	2020	2019
Receita bruta de vendas	2.692.923	2.079.830
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	(339.111)	(282.498)
Vendas Canceladas	(6.992)	(2.693)
	2.346.821	**1.794.639**

25. Despesas por natureza

	2020	2019
Custo de Mercadorias vendidas	(1.882.475)	(1.453.576)
Depreciação e amortização	(38.682)	(24.591)
Depreciação dos ativos de direito de uso	(18.930)	(16.784)
Despesas com propaganda	(7.551)	(9.835)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(12.869)	(8.155)
Despesas com assessoria e auditoria	(6.028)	(7.942)
Taxa de administração de cartão	(22.966)	(19.152)
Despesas com remuneração a empregados	(158.969)	(122.990)
Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis (nota 14)	(22.708)	(13.097)
Energia elétrica	(19.897)	(14.999)
Outras Despesas	(16.801)	(25.646)
Total de despesas por natureza	**(2.207.876)**	**(1.716.767)**
Custo de Mercadorias vendidas	(1.882.475)	(1.453.576)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(325.401)	(263.191)
Total de despesas por natureza	**(2.207.876)**	**(1.716.767)**

26. Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

	2020	2019
Provisões tributárias (i)		24.907
Outras Receitas (ii)	10.717	9.649
	10.717	**34.556**

(i) Em 15 de março de 2017, com o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 submetido ao rito da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF), fixou a seguinte tese: "O ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da Cofins". Com decisão judicial direcionada à Companhia, e em opiniões legais dos consultores jurídicos, a Companhia entende como remota a possibilidade de alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito, motivo pelo qual deixou de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Foi reconhecido em 2019 os créditos tributários de PIS e COFINS, no montante de R$ 19.258, decorrente do processo transitado em julgado em 18 de fevereiro de 2019, referente ao período pretérito de pagamento indevido das contribuições. As melhores estimativas para o ativo em referência remontam o montante de R$ 19.258, o qual a companhia, em conjunto com os seus assessores jurídicos e consultores especializados, consideraram os elementos suficientes para a mensuração confiável do valor a ser efetivamente recuperado ou revertido.

(ii) A conta de Outras Receitas é composta como segue:

a. R$ 39 referente a Receita de Aluguel;
b. R$ 38 referente a Receita com Cartão;
c. R$ 98 referente a Receita com Serviços;
d. R$ 9.291 referente a Receita Cobrança de Descarga;
e. R$ 1.251 referente a Receita com Sucata.

27. Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Despesa de juros de empréstimos com partes relacionadas	(17.242)	(9.613)
Despesa de juros de empréstimos com entidades financeiras	(14.971)	(11.936)
Juros sobre arrendamento (Nota 14)	(31.680)	(29.269)
Outras despesas financeiras	(575)	(1.272)
Despesas financeiras	**(64.469)**	**(52.090)**
Outras receitas financeiras	14.792	11.451
Tributos sobre a receita financeira	(909)	(532)
Receitas financeiras	**13.884**	**10.919**
Despesas financeiras, líquidas	**(50.585)**	**(41.171)**

28. Transações não caixa

Durante 2020 e 2019 a Companhia teve transações que não representam desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações de Fluxo de Caixa, conforme abaixo

	Empréstimos	Empréstimos com Partes relacionadas	Dividendos	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	90.635	95.885	22.956	188.758	398.234
Captações/Adições	236.101	39.578			275.679
Amortizações	(98.903)	-	(50.121)	(6.996)	(156.020)
Variação nos fluxos de caixa de financiamento	**137.198**	**39.578**	**(50.121)**	**(6.996)**	**119.658**
Adições			28.374	5.275	33.649
Juros incorridos	11.936	9.612		29.269	50.817
Total variação não caixa	**11.936**	**9.612**	**28.374**	**34.544**	**84.466**
Juros pagos	(585)				(585)
Pagamentos de juros sobre passivos de arrendamento				(29.269)	(29.269)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**239.184**	**145.074**	**1.178**	**187.037**	**572.504**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	239.184	145.074	1.178	187.037	572.504
Captações/Adições	231.076	35.562			266.638
Amortizações	(146.964)		(14.862)	(8.477)	(170.303)
Antecipação de distribuição de dividendos			(47.963)		(47.963)
Variação nos fluxos de caixa de financiamento	**84.113**	**35.562**	**(62.825)**	**(8.477)**	**48.372**
Adições			64.170	32.020	96.190
Amortizações					-
Juros incorridos	14.971	17.242		31.680	63.893
Total variação não caixa	**14.971**	**17.242**	**64.170**	**63.700**	**160.083**
Juros pagos	(8.010)				(8.010)
Pagamentos de juros sobre passivos de arrendamento				(31.680)	(31.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**330.257**	**197.879**	**2.493**	**210.580**	**741.269**

29. Seguros (Não auditado)

As coberturas de seguros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Estoques / imobilizado	Incêndio, queda de raios ou explosão	680.381
Estoques / imobilizado	Despesas físicas básicas	70.373
Estoques / imobilizado	Outras coberturas	48.503

30. Eventos subsequentes

(a) Revisão do prazo e das contraprestações dos contratos de arrendamentos (Não auditado)

Em 2021, a Companhia buscando uniformizar os prazos de duração dos contratos de arrendamentos e a revisão dos valores referentes as contraprestações, firmou junto aos arrendadores em janeiro/2021, aditivos aos contratos que essencialmente i) consolidam contratos anteriormente segregados por loja, ii) uniformiza o prazo dos contratos consolidados, iii) repactuam novos valores das contraprestações.

Como resultado da revisão dos contratos, foi estimado um montante de R$ 38.332 que será acrescido ao Direito de uso e ao Passivo de arrendamento em período subsequente a título de remensuração e novos contratos.

(b) Empréstimos

Em 08 de janeiro de 2021, a Companhia obteve empréstimo de R$ 70.000 para financiar seu programa de expansão e necessidades de capital de giro. O empréstimo vence em 03 de dezembro de 2027.

(c) Aquisição de empresas entre partes relacionadas

Em 04 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital social das empresas partes relacionadas TQC Construções Ltda. e Total Comunicação e propaganda Ltda pelo valor do capital social das mesmas, ou seja, não houve ágio nessa operação. Como resultado da aquisição, espera-se que promova melhorias na complexidade operacional e redução de custos por meio de economias de escala.

(d) Impactos da COVID – 19

O avanço do corona vírus (“COVID-19”) pelo mundo tem provocado abalos nos mercados globais e elevado as preocupações de investidores, Companhias e governos sobre o impacto desta pandemia nas cadeias globais de suprimentos, na atividade econômica, no mercado financeiro e afins, sem mencionar também as preocupações envolvendo as questões básicas de saúde da população mundial.

Visando mitigar os possíveis impactos em seus negócios, a Companhia elaborou um plano de contingência. Em 2021, desde o surto do COVID-19, tem-se verificado um aumento do fluxo de clientes em nossas lojas por ocasião das medidas de restrição de circulação com isso a Administração está em constante monitoramento com relação ao seu avanço e seu impacto nas operações da Companhia, que vem adotando medidas para mitigar a transmissão do vírus nas obras, nas lojas, centro de distribuição e sede administrativa , tais como: higienização frequente, segurança/proteção de funcionários, escala flexível de trabalho , adoção do trabalho a distância (home office), entre outras ações, atendendo as determinações dos governos estaduais e municipais.

Não houve impacto relevante ou material nas operações da Compnhia, consequentemente sem reflexonas Demonstrações Financeiras da Companhia.